

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Ricardo Noblat

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Diretor Industrial
Osvaldo Abílio Braga

Editor Executivo
José Negreiros

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Diretor de Planejamento
João Augusto Cabral

12/11/90 Chega de privilégios

Os acontecimentos em torno da cassação da candidatura à reeleição do senador Humberto Lucena, punido pelo Tribunal Superior Eleitoral por ter usado os serviços da Gráfica do Senado para imprimir material de campanha, induzem a reflexões fundamentais, neste momento em que o Brasil começa a rever velhas práticas e vícios políticos.

A primeira: por que o Senado Federal, cuja missão é legislar e fiscalizar os demais Poderes, mantém uma gráfica? Por que não se utiliza do parque gráfico privado e poupa-se, a si e ao contribuinte, de despesas desnecessárias e transtornos morais como os que presentemente vive? E ainda: por que é dada a cada parlamentar uma cota pessoal de serviços gráficos?

Ao Congresso Nacional — Câmara e Senado — incumbe publicar o material indispensável ao seu funcionamento: discursos, leis, projetos de lei, resoluções e outros atos inerentes às suas atribuições. Para tanto, não precisa dispor de gráfica própria, muito menos nas dimensões monumentais da que ostenta (e o contribuinte sustenta).

Não faz sentido franquear aos parlamentares serviços que são habitualmente cobrados aos cidadãos comuns, tais como cartões de visita, livros, jornais, cartazes e coisas do gênero. O senador Aureo Melo, por exemplo, vem publicando, com regularidade admirável, pela mesma gráfica do Senado — e, portanto, às custas do contribuinte —, suas obras completas de poeta. Não foi eleito para isso.

Na prática, porém, segundo a letra fria da lei, nenhum delito ele comete, já que apenas se serve de uma cota gratuita de serviços gráficos que o Regimento da Casa lhe propicia. Há leis e leis, todos sabemos — e é essa distinção que precisa ser feita de imediato.

É secundário saber se o material impresso destina-se ou não às eleições. O essencial é saber se é justo que o contribuinte pague por publicações que, no geral, não lhe oferecem qualquer interesse e servem apenas para alimentar vaidades e privilégios pessoais. E isso não se restringe à questão da gráfica, mas a uma série de regalias que cercam a atividade parlamentar no Brasil.

Por que o cidadão comum, que em

geral ganha bem menos que um parlamentar, tem de arcar integralmente com os custos de moradia, telefones, passagens (aéreas ou não), correios, combustível e serviços gráficos e os parlamentares não? Por que continuar fornecendo moradias de luxo, ricamente mobiliadas, com a respectiva manutenção, a funcionários que estão no topo da hierarquia salarial do Serviço Público?

O momento é dos mais oportunos para que tais questões sejam claramente revistas e corrigidas. Elas não envolvem apenas o Legislativo. Abarcam os três Poderes. O Legislativo é apenas a instância onde as distorções primeiro se manifestam, por ser a Casa do povo e, nesses termos, uma vitrina exposta à opinião pública.

Sabe-se que, quando essas regalias foram criadas, havia um fundamento: a mudança da capital. Brasília estava em construção e não havia infraestrutura de residências e serviços capaz de atender à mão-de-obra que para cá se deslocava. O Estado cuidou de suprir a deficiência, gerando com isso os desvios conhecidos. Hoje, porém, 34 anos após a inauguração da cidade, nada disso faz sentido. Brasília consolidou-se e é das cidades mais bem servidas do País (e até do mundo) em serviços essenciais.

O Legislativo padece dos mesmos males da Administração Pública brasileira. O gigantismo, fruto de uma época de visões distorcidas a respeito do verdadeiro papel do Estado, gerou contrafacções — algumas absurdas, como as já citadas regalias parlamentares — com as quais todos se acostumaram. É hora de mudar. O País vive saudável processo de faxina ética e moral, no qual é inútil buscar bodes expiatórios.

Lucena não pode ser sentenciado solitariamente, como se tivesse quebrado padrões de conduta. O que ele praticou — um erro, sem dúvida — tornou-se praxe nas duas Casas do Congresso, exatamente porque não se questiona o sistema de privilégios que lá se enraizou e que é bancado pelo contribuinte. E é esse sistema que deve ser sentenciado.

O País reclama funcionalidade por parte do Estado, sobretudo por parte de suas instituições políticas. O ponto de partida é a correção de distorções que não se resolvem com punições solitárias.